

Senadores não se convencem

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, não conseguiu convencer os senadores membros da comissão especial para a dívida externa de que houve uma mudança de atitude do Fundo Monetário Internacional (FMI) que autorize a se pensar em retomar negociações com aquele órgão sem os riscos da recessão ocorrida em 1983.

Durante a reunião, ocorrida ontem à tarde no gabinete da liderança do PFL no Senado, o ministro apresentou, num debate informal, a situação em que se encontra o País em relação à dívida externa, ressaltando não ter ele próprio dados definitivos, porque já, segundo o presidente da comissão, senador Carlos Chiarelli, "uma série de aspectos que o ministro ainda está buscando elucidar em face da realidade da dívida externa".

O relator da comissão, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), foi um dos que não ficaram convencidos com as afirmações do ministro: "Ele apenas acha que houve a mudança — disse Fernando Henrique". E quando perguntamos aonde essa mudança havia se manifestado, o ministro nos respondeu que foi no México. Mas o México foi ontem, e não sabemos ainda quais serão os efeitos da nova política sobre aquele país".

FMI é outro

Posição semelhante foi apresentada pelo senador Carlos Chiarelli que informou que o ministro buscou convencer a comissão de que "o FMI de hoje é uma outra figura que não o de 1983, cujos acertos conduziam à recessão. Segundo o ministro, o FMI de hoje estaria comprometido com a tese do estímulo ao crescimento dos devedores para poderem pagar a dívida. Ou seja, o FMI teria mudado de lobo para cordeiro. Parece-me que há crenças novas, que eu espero não sejam credulidade ou ingenuidade em acreditar que quem era controlador rigoroso do interesse dos credores que nos levou ao processo recessivo, seja agora um agente do desenvolvimento dos países devedores".

Carlos Chiarelli acrescentou que o ministro foi muito claro ao anunciar que o Governo brasileiro se dispõe efetivamente a negociar com o FMI, mas não simultaneamente com os bancos credores. E acrescentou que o ministro colocou duas condicionantes: que essa negociação seja antecedida por um acordo com os bancos credores e que não haja nenhuma vinculação entre o desembolso das parcelas dos empréstimos obtidos junto a esses bancos e as negociações com o FMI.

"Na verdade — acrescentou o senador — o ministro deixou bem claro que o Brasil não tem como pagar o valor que os bancos consideram que o País deve, os seis bilhões de dólares de juros anuais. E é dentro desse quadro que o Brasil se disporia a ir ao FMI, na medida em que o FMI fosse capaz de mudar sua estratégia de condução do processo".

A comissão do Senado — "embora surpresa pela decisão governamental de ir ao FMI", nas palavras de Carlos Chiarelli — vai-se manter desvinculada de qualquer apoio à ação governamental, enquanto não for informada detalhadamente de todos os passos e alternativas das negociações, tanto com os bancos credores quanto com o FMI.

O ministro Mailson da Nóbrega informou ainda à comissão que as negociações com os bancos credores não foram iniciadas. "O ministro nos disse que, até agora, o que se conseguiu foi salvar o acordo preliminar e evitar a desclassificação. Esse foi o êxito deste período. Ou seja, completar uma negociação que se pensava estar terminada mas que só agora foi ultimada. E vai-se iniciar uma nova etapa", disse Carlos Chiarelli.

Para os senadores ficou claro que, tendo em vista a impossibilidade de o Brasil realizar seus pagamentos, o País continua na moratória, "que — conforme disse o ministro — será mantida até o final das negociações com os bancos", segundo informou o senador Fernando Henrique Cardoso.